

O NARCOTRÁFICO E A (IN)SEGURANÇA HUMANA: UMA ANÁLISE DO CASO COLOMBIANO DURANTE O GOVERNO URIBE

Catarina Bezerra (UEPB)
catariinabezerra@gmail.com

Resumo: A América Latina é considerada uma região livre de conflitos de grande porte, entretanto, se vista sob a definição das novas ameaças, se encaixa como umas das áreas mais problemáticas e conflituosas. Nas atuais agendas de segurança internacional, a questão do narcotráfico surge como um dos principais problemas entre essas chamadas novas ameaças. Diante disso, pretendemos estudar as relações do narcotráfico e segurança humana, com o objetivo de mostrar alguns dos problemas que atingem as populações de alguns países, com foco em um dos casos mais emblemáticos: a Colômbia. A corrente da Segurança Humana, classificada dentro das “novas abordagens” da Segurança Internacional, surge para atender às demandas teóricas no que concerne às ameaças aos indivíduos e a sua plena capacidade emancipatória. Procuramos entender de que forma o comércio ilegal vem alimentando o conflito e quais caminhos deveriam tomar os projetos para sua resolução. Os métodos utilizados na elaboração desse artigo variam entre revisão bibliográfica que nos deram embasamento teórico e análise da situação colombiana. Ele é estruturado em primeiro lugar pela descrição histórica colombiana e das problemáticas causadas pelo narcotráfico, utilizando como recorte temporal o governo de Álvaro Uribe (2002-2010). Em seguida, apresentaremos o arcabouço teórico, com algumas das principais teorias e conceitos de segurança pelas várias óticas existentes, abordando a relação entre as dinâmicas em questão e a Segurança Humana. E, por último, serão apresentadas as considerações finais da pesquisa.

Palavras-chave: Conflito. Narcotráfico. Colômbia. Governo Uribe. Segurança Humana.

Abstract: Latin America is often treated as a region free of large conflicts, however, if seen through the new threats scope, it fits as one of the most problematic and conflicting regions. In the current international security agenda, the issue of drug trafficking has emerged as a major problem among these so-called new threats. Therefore, we intend to study the relationship of drug trafficking and human security, in order to show some of the problems affecting the populations of some countries, focusing on one of the most emblematic cases: Colombia. The Human Security approach, embedded within the "new International Security approaches", appears to meet the theoretical demands concerning on threats to individuals and their full emancipating capacity. We seek to understand how the illegal trade is fueling the conflict and which paths should the projects to its resolution take. The methods used in the preparation of this article range from literature review, which gave us theoretical base, and analysis of the Colombian situation. It is structured primarily by the Colombian historical description and of the problems caused by drug trafficking, using as time frame the government of Alvaro Uribe (2002-2010). Next, we present the theoretical framework, with some of the major theories and concepts of security for several existing views, addressing the relationship between the presented dynamics and Human Security. And lastly, will be presented the study final considerations.

Key-words: Conflict. Drug trafficking. Colombia. Uribe Government. Human Security.

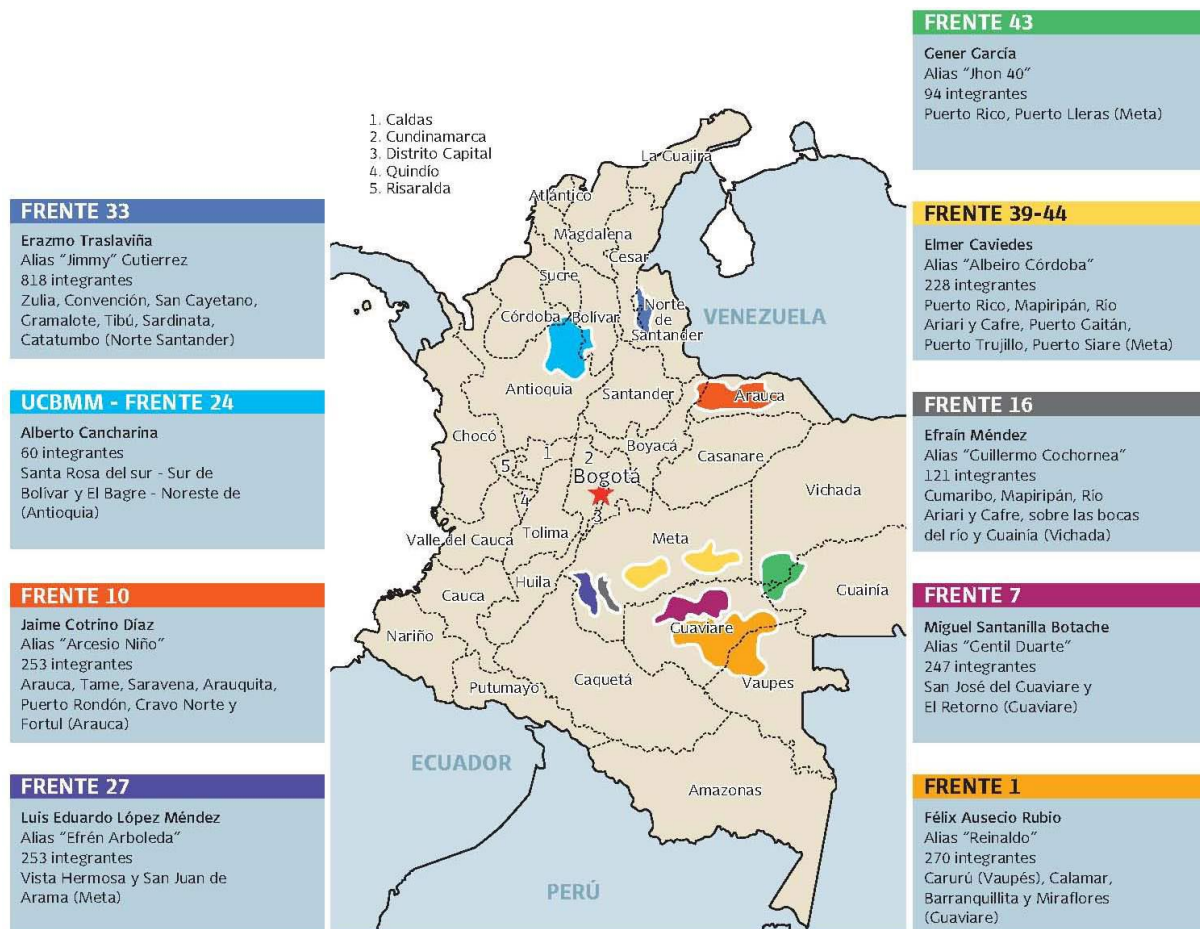
Considerações iniciais

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi o último grande conflito entre Estados, registrado na América Latina. Por esse motivo, passou a ser comum pensar nessa região como uma área pacífica. No entanto, internamente, os países enfrentam muitos problemas relativos às chamadas “novas ameaças”, possuindo conflitos gerados em sua maioria a partir da grande desigualdade social – ponto comum entre essas nações. A população se torna refém da situação criada entre Estado e grupos de poder paralelo, que impedem o desenvolvimento humano em sua plenitude. Um dos principais conflitos está presente na Colômbia, país andino-amazônico e caribenho, de economia essencialmente agrária. Nesse país, por meio do narcotráfico grupos de caráter irregular sustentam uma guerrilha, que há muito tempo perdeu seu viés político, deixando para trás uma sociedade devastada por uma cultura de violência.

Na história colombiana estes problemas de segurança possuem um marco inicial oficialmente com as disputas fundiárias e políticas entre Liberais e Conservadores. É considerado como ápice o episódio conhecido como *La Violencia*, iniciado no ano de 1946 e acabando por volta do ano de 1962. Dentro dos fatos ocorridos nesse espaço de tempo, há assassinatos, assaltos, perseguições, destruição de propriedade privada, entre outras formas de violência que causaram a morte de mais de 200 mil pessoas. Ao longo do tempo, com o acontecimento de vários episódios como esse, a criação de vários focos e frentes de disputas – incluindo as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC)* – foi gerado o desequilíbrio no qual o país encontra-se atualmente, em que as forças armadas são constantemente questionadas quanto às suas capacidades.

Fragmentado por conflitos internos, outros tipos de ameaças sociais, como o tráfico de drogas, passou a ser fomentador da guerra no país. No caso específico da Colômbia, o comércio ilegal de narcóticos, há muito tempo vem servindo em certos casos como financiador principal, de grupos guerrilheiros e paramilitares. As FARC como a principal organização insurgente, possuem não somente hectares para o cultivo da coca (vide Figura 1), como também laboratórios com tecnologia suficiente para a produção da pasta base e sua mistura com outros produtos químicos (LOPES, 2009; TERRA, 2013). Além da produção, também controlam sua distribuição nas regiões fronteiriças.

Figura 1: Influência das Farc sobre cultivos ilícitos



Fonte: El País.

Com um projeto de financiamento para o desenvolvimento, encabeçado pelos EUA – e apoiado por várias outras potências como o Japão, o Canadá e o bloco da União Europeia – a partir dos anos de 1999, houve um grande combate a produção de cocaína. A essa ajuda financeira, chamou-se Plano Colômbia.

O Plano Colômbia foi, como seu título original apontava, um pacote voltado para geração de paz, prosperidade e fortalecimento do Estado colombiano. Inicialmente, foi pensado em muitas frentes, tendo, porém, seu foco voltado ao narcotráfico, durante o governo Uribe (2002-2010). O Plano foi apresentado por Pastrana aos EUA, apesar deste país ter participado da sua elaboração em 1999, – no auge da citada política de mão dupla do estadista colombiano – embora tenha sido apenas ratificado por Uribe, quando o programa de militarização do combate ao narcotráfico foi consolidado. Só após 2001 os narcotraficantes passaram a ser identificados como narcoguerrilheiros. Guzzi resume o plano como objetivando os seguintes pontos: “(i) processo de paz; (ii) economia colombiana; (iii) desenvolvimento social e democrático; (iv) luta contra o “narcotráfico”; e (v) reforma do

sistema judicial e proteção aos direitos humanos”. Durante a vigência do Plano Colômbia a produção de coca na Colômbia diminuiu, havendo um movimento contrário em países como Peru e Bolívia. (GUZZI, 2006).

Retornando à discussão, esse planejamento pretendia desenvolver políticas públicas, juntamente ao Estado colombiano, para que fosse garantida a assistência necessária ao desenvolvimento humano, além de atingir os focos principais da guerrilha e alavancar a economia do país. Essa ação resultou em uma grande queda na economia da droga, não significando, porém, que tenha chegado a um número pequeno de hectares do plantio. Além disso, no governo de Álvaro Uribe (2002-2010), o combate às forças de insurgência foi mais incisivo e conseguiu o desmembramento de alguns focos de guerrilha, diminuindo as áreas de atuação e comando principalmente de fronteiras, limitando as portas de saída das drogas (BORBA e CEPIK, 2010). Contudo, apesar das quedas nos índices de produção da coca, durante o governo Uribe e mesmo depois, a insegurança não diminuiu no país.

Destarte, o artigo se estrutura da seguinte forma: inicialmente a descrição histórica colombiana e as problemáticas causadas pelo narcotráfico e, em seguida, o arcabouço teórico, com algumas das principais teorias de Segurança Internacional e, especialmente, Humana, além de apresentar conceitos e definições fundamentais para o estudo.

1. Colômbia: um histórico de conflitos

A região, onde hoje se situa a Colômbia, era habitada por nativos até o final do século XV, quando chegaram os colonizadores espanhóis. Durante três séculos, a atual Colômbia foi colônia de exploração espanhola, assim como vários outros países da América do Sul. No entanto, partir do século XVIII, iniciaram-se os movimentos para independência. Após a conquista da autonomia, foi criada a Grã Colômbia, que era constituída pelos atuais territórios de Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador, sob a liderança de Simon Bolívar. Lentamente, essas nações foram-se separando e formando o mapa assim como se conhece hoje.

A localização da Colômbia contempla o extremo norte da América do Sul. Parte de sua área se encontra no hemisfério norte ocidental, em plena zona intertropical da Terra; sendo assim, possui temperaturas quentes, sendo propício à agricultura – também ao plantio da folha da coca. Já nas proximidades dos Andes, as temperaturas são frias em razão das grandes altitudes.

O país se limita ao norte com o Panamá e o Mar de Caraíbas; a nordeste, com a Venezuela; oeste, com o oceano Pacífico; ao sul, com o Equador e o Peru; e a sudeste, com o

Brasil, dividindo uma boa parte da floresta amazônica. O país possui a segunda maior população da América do Sul, com aproximadamente, 45,6 milhões de habitantes, constituída da mistura de índios, africanos e europeus. A maioria dessa população, principalmente após a formação dos grandes latifúndios, vive nos principais centros urbanos, que se localizam majoritariamente, nas áreas próximas ao litoral. (PÉCAUT, 2010)

De acordo com Pecáut (2010), a partir da separação e da independência, em toda a história Colombiana, o poder vem sendo dividido entre os partidos Conservador e Liberal. Essa rivalidade entre eles – além das disputas por terras, que marcam toda a desenvoltura da sociedade – desencadearam diversas guerras civis, dando origem à instabilidade e a fragmentação, presentes na região.

Inicialmente, entre os séculos XIX e XX, as terras cultiváveis do país eram divididas entre os pequenos camponeses que plantavam para a sua subsistência. No entanto, após a virada do século, as terras passaram a ser apropriadas e utilizadas pelos grandes latifundiários da região, retirando a liberdade do pequeno agricultor que a partir desse momento precisaria trabalhar como empregado do grande produtor. Além disso, como o Estado não regulou corretamente a ocupações, não houve uma preocupação com a produtividade que aquelas terras teriam. Dessa forma, muitas das áreas ocupadas, serviram apenas para a pecuária extensiva e desalojaram enormes números de trabalhadores, gerando os primeiros conflitos mais sérios da Colômbia que até hoje estão latentes na sociedade, principalmente nas regiões de planície amazônica.

Segundo Visacro (2009), como marco na memória coletiva colombiana está primeiramente o ano de 1948, quando um dos grandes líderes do partido liberal, Jorge Eliécer Gaitán, foi assassinado. Ele estava bastante associado às questões da terra, além de ter favorecido a entrada de líderes camponeses e comunistas no cenário político nacional. Por possuir um discurso que afirmava estar além dos conflitos políticos presentes até então no país, colocando-se acima das disputas oligárquicas, ele conseguiu mobilizar uma grande parcela da população. Sua morte acarretou em um motim que durou vários dias na cidade de Bogotá, ficando conhecido como *Bogotazo*, a primeira manifestação, reconhecida, de violência no país.

A partir desse episódio os conflitos se agravaram entre os dois partidos líderes do cenário político nacional. A incerteza presente na elite, pelo medo da ação das massas, contrastava com a indignação dos líderes da terra, que tinham certeza de que a morte de Gaitán havia sido planejada pelos opositores e pela oligarquia. Além disso, liberais e conservadores acirraram suas disputas, gerando o episódio conhecido como *La Violência*, em

que as divergências políticas acabaram atingindo a população de forma a gerar uma guerra civil. No espaço de tempo entre os anos de 1946 e 1962 foram cometidos uma série de homicídios, assaltos, perseguições, entre outros crimes que deixaram milhares de mortos e marcaram fortemente a história da Colômbia.

Após esse período, os dois partidos realizaram uma série de acordos que deram origem a uma tentativa de paz, chamada de Frente Nacional. Dentro do que foi decidido, estava a rotatividade da presidência, ou seja, os presidentes se alternariam entre políticos liberais e conservadores. Ademais, todos os cargos políticos, do mais alto ao mais baixo, passaram a ser divididos igualmente entre eles. Esse sistema durou cerca de 30 anos e gerou certa estabilidade, ao menos em nível institucional.

Socialmente, o país continuou enfrentando, assim como hoje, diversas dificuldades, principalmente por ter um grande acúmulo de terras nas mãos de poucos e nunca ter conseguido efetivar uma reforma agrária. Assim, ainda em 1964, resistia um dos focos de guerrilha desde a época de *La Violencia*. Com medo da resistência naquela área, chamada de Marquetalia, o governo a denominou de república independente e ordenou que o exército atacasse incisivamente. Algumas famílias conseguiram se retirar do local atacado antes que o foco de resistência fosse destruído. Para as FARC, como se constatou posteriormente, esse episódio foi considerado um reinício do conflito.

Ainda, segundo Pecáut (2010) já no ano de 1961, o partido comunista havia-se manifestado com sua máxima de “todas as formas de luta”, que propunha uma combinação da luta política com a armada. Esta movimentação fomentou, após o cenário de *La Violencia*, no ano de 1966, o surgimento das FARC e de outros grupos, entre eles a ELN (*Ejército de Liberación Nacional*), o EPL (*Ejército Popular de Liberación*) e o M-19 (Movimento 19 de abril), que queriam reformar o sistema político vigente. No início, esses grupos tinham um cunho mais político, no entanto, há certo ponto, com a acentuação da luta por terra no país, eles passaram a ter um caráter muito mais armamentista e, em muitas ocasiões, considerados grupos terroristas.

2. Narcotráfico, narcoguerrilha e narcoameaça

Desde o fim da Guerra Fria, o cenário internacional e as relações que ocorrem nele, vêm se configurando de forma distinta. Os Estados têm evitado, pelo menos abertamente, conflitos interestatais, de forma a impedir que episódios como o da Segunda Guerra Mundial, se repitam. Da mesma forma, modificou-se também o caráter das ameaças e conseqüentemente

das abordagens sobre assuntos de defesa. As agendas de segurança têm mudado suas definições em vários aspectos. Porém, vem acontecendo, principalmente, o alargamento de alguns conceitos, como no caso das chamadas “novas ameaças”.

Saint-Pierre (2003) define “ameaça” como sendo “uma representação, um sinal, certa disposição, gesto ou manifestação percebida como anúncio de uma situação não desejada ou de risco para a existência de quem a percebe”. A partir daí, portanto, o que define as ameaças de hoje como novas é justamente a assimetria, a não convenção dos ataques, as táticas guerrilheiras e a origem não somente nacional, mas também transnacional (PERALES, 2008). Portanto, vários outros temas que antes faziam parte das agendas, passaram a ser securitizados e tratados como assuntos de extrema importância. Entre eles, o terrorismo, a pobreza, as migrações, o meio-ambiente e o narcotráfico.

Todos esses temas geram enormes dificuldades em todos os países do globo, sendo eles desenvolvidos ou ainda em desenvolvimento. Porém, a diferença está nas capacidades e nos recursos para enfrentar estas problemáticas. Sendo assim, nos países em desenvolvimento, as novas ameaças geram os principais problemas econômicos, sociais e de segurança. No caso do narcotráfico, especificamente, apesar dos índices de consumo apresentar altas taxas nas grandes potências, os maiores produtores estão nas zonas periféricas do globo. No caso da cocaína – droga semissintética com maior rota de tráfico – a maior fonte se encontra- na América do Sul, entre a Colômbia, o Peru e a Bolívia.

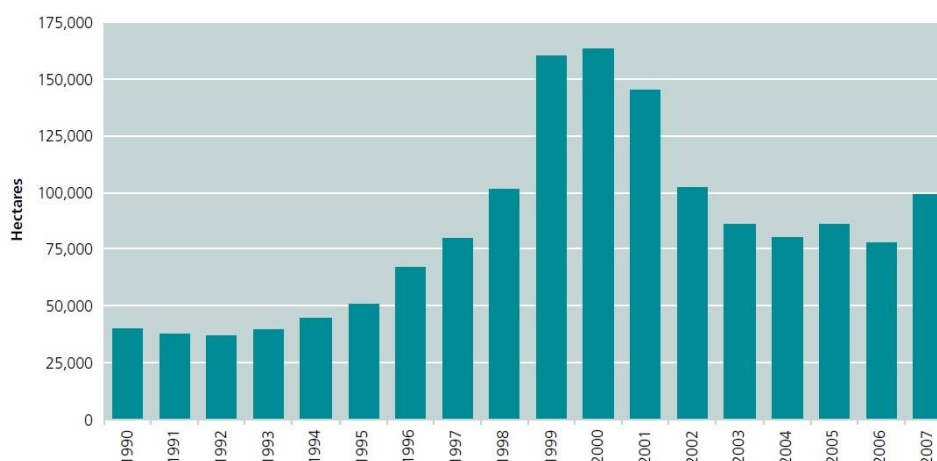
Nos anos precedentes à década de 1970, os principais produtores de droga na América Latina, eram a Bolívia e o Peru. No entanto, entre 1960 e 1970, após enfrentar diversos problemas relativos à segurança interna, a Colômbia, assume não somente o papel de escoador do produto, mas também de maior produtor mundial.

Por causa da desestruturação social, com altos índices de camponeses sem terras para trabalhar, houve um estouro no plantio da folha da coca em grandes latifúndios nas planícies do país. Além disso, grupos, como o M-19, as FARC e os paramilitares, passaram a financiar todo o processo de produção, trazendo tecnologia para o preparo da pasta base e a comercialização, abrindo as portas das fronteiras para o comércio ilegal de narcóticos. Importa lembrar aqui que a coca é transformada pelos camponeses em pasta-base. Esta é facilmente produzida: as folhas de coca são misturadas a gasolina e cimento. É preciso ter de 250 a 500 kg de folhas para obtenção de 2,5 kg de pasta-base, o que possibilita obter 1 kg de cocaína (PÁCAUT, 2010).

Para esses grupos armados, a droga, na verdade vem sendo o maior sustento econômico e é com esse lucro que os grupos de guerrilha garantem a compra de armamentos,

tecnologias e a continuidade de suas ações. Em pouco tempo, a Colômbia passou a estar em primeiro lugar no ranking de produção de drogas, sendo responsável pela produção de 70% da distribuição total no mundo e por 90% de todo o processamento. Em 2000, eram cerca de 130 mil hectares reservados ao plantio da cocaína (vide Figura 2).

Figura 2: Colômbia, cultivo de coca (hectares), 1990 a 2007



Fonte: UNODC

Segundo Visacro (2009), “a violência associada à droga agravou a crise interna. Na década de 1970, foram registrados 1.053 assassinatos políticos.” Os grupos guerrilheiros continuavam com suas ações, agora financiados por uma atividade econômica que enfraquecia ainda mais a sociedade colombiana. Ainda assim, com todo o caos interno, as dificuldades de desenvolvimento e de crescimento na qualidade de vida, alguns índices e autores afirmam que a economia do país é a única da América Latina que nunca parou de crescer. O problema se encontra na distribuição desses recursos, que não atingem boa parte da população da região, ficando restritos somente àqueles pertencentes à elite local.

Posteriormente, nos anos 90, algo muito relevante foi o grande declínio de carteis de tráfico e, além disso, o M-19 e o EPL assinaram acordos pacificadores que fizeram com que estes grupos desaparecessem. Entretanto, ao contrário do que se poderia supor, a economia da droga não sofreu queda. Da mesma forma ocorreu com as guerrilhas, pois em momento algum o conflito interno diminuiu sua intensidade, continuando com as FARC e o ELN agindo fortemente. Não obstante, o exército sofreu, no mesmo espaço de tempo, um grande descrédito por parte da população, por não conseguir mudar o cenário de guerra no país, além de muitas vezes serem os próprios causadores de violência. Em seu lugar, estavam os chamados paramilitares, grupos de direita, que eram vistos inicialmente por boa parte da população como a solução para o problema colombiano.

O paramilitarismo, na sua origem, tinha a função de atacar os grupos guerrilheiros de esquerda. No entanto, em cooperação com as próprias Forças Armadas colombianas, o que passou a acontecer na prática, foi a morte de civis, para que aparentasse um aumento nos índices de morte de guerrilheiros. A estas ações foi dado o nome de falsos-positivos, pois a morte de um membro guerrilheiro era considerada uma adição e assim nomeada de “positivo”. Isso causou um grande repúdio por parte da população, que se sentia insegura e não sabia mais a quem recorrer. Foi calculado, portanto, que “entre os anos de 1989 e 1993 os paramilitares foram responsáveis por 1.926 atentados cometidos no país” (Visacro, 2009).

A partir dos anos 2000, constatando-se a situação em que se encontrava a região, iniciou-se a implantação do Plano Colômbia, financiado principalmente pelos EUA. A estratégia era basicamente de segurança convencional, em que o uso da força para a coibição era o foco de qualquer ação realizada tanto para conter o tráfico, utilizando métodos de pulverização feita por aviões carregados de veneno, quanto para encurrular as FARC e outras milícias ainda existentes. O projeto também deveria abranger estratégias de mudanças sociais, porém, esta iniciativa nunca chegou a ser efetivada.

Segundo Pécaut (2010), “de fato, a superfície cultivada diminuiu: em 2007, segundo os números oficiais, era de apenas 69 mil hectares.” No entanto, o aumento do uso da tecnologia, dificultou e ainda dificulta a destruição das plantações da folha da cocaína. Ademais, o efetivo domínio das FARC diminuiu drasticamente, desde o início das ações financiadas, pois agregou armamentos e treinamento às Forças Armadas colombianas. O plano chegou ao fim, no ano de 2005, por muitos motivos, mas principalmente pelas inúmeras destruições de culturas alimentícias, prejudicando fortemente os pequenos agricultores, ao invés daquelas que continham plantações da droga.

No governo Uribe, a política de “segurança democrática”, com ataque firme aos grupos guerrilheiros, foi fortemente valorizada. No início do seu primeiro mandato no ano de 2002, percebeu-se um aumento no combate incisivo e nenhuma margem para negociações que não incluíssem total desmobilização dos grupos armados, diferentemente do governo anterior de Andrés Pastrana. Esse cunho firme se deve não somente às motivações políticas, mas também por razões pessoais, já que o pai de Álvaro Uribe, havia sido sequestrado e morto pelas FARC. Em contra partida, com os grupos paramilitares o mesmo não ocorria. De certa forma, o presidente apoiava o paramilitarismo. No entanto, apesar de inicialmente contar com mais de 80% do apoio popular, no momento em que o presidente passou a favorecer abertamente os paramilitares e a colocá-los inclusive para ocupar cargos políticos, sua aceitação sofreu uma queda relevante. Portanto, mesmo procurando agir de forma diversa

em relação ao presidente anterior, Uribe não atingiu suas metas, gerando assim ainda mais insegurança e fomentando a continuação do narcotráfico.

3. O conflito colombiano sob a visão da segurança humana

Dentro dos estudos atuais sobre segurança, estão os que falam da Segurança Humana. Este conceito considera não somente os fatores comuns ou de visão tradicional, mas adequa-se ao cenário das novas ameaças presentes em todos os países, principalmente naqueles que ainda não são considerados como desenvolvidos. Esse tipo de abordagem procura tanto o alargamento do conceito, que gera securitização de temas – que passam a ganhar uma maior importância dentro dos assuntos estatais –, como também um aprofundamento de suas definições.

Importa lembrar nesse momento que os estudos tradicionais estratégicos de segurança têm como foco principal o Estado. Na verdade, autores como Waltz, Carr e de certa forma Hedley Bull, entre outros autores, que foram as bases para o realismo e o neorrealismo, são grandes defensores de uma abordagem materialista que considera a posição estatocêntrica como único modo de se estudar segurança internacional, além de não ser algo passível de discussão. As ameaças, para estes, são, primariamente, externas, privilegiando os conflitos interestatais. Além disso, não consideram, como problema de segurança, o narcotráfico, as guerrilhas e os problemas internos, tendo uma visão totalmente diferente, também, de como resolver estes problemas.

De acordo com Saint-Pierre (2011), a definição utilizada normalmente entre as pessoas do termo “segurança” possui uma conotação negativa, já que é utilizado para caracterizar uma ausência total de ameaças. No entanto, a definição do termo vai muito além, pois é algo que expressa proteção e sentimentos de liberdade, tornando possível a emancipação pessoal. Essa possibilidade de crescimento é dada quando o Estado, como monopolizador do poder e da força, proporciona à população uma assistência tal que existam oportunidades para todos e, conseqüentemente, crescimento.

Dentro dessa definição, portanto, percebe-se a existência de duas faces causadoras da insegurança. Aquela causada pelo próprio Estado, quando não coloca o ser humano e suas necessidades como centro e a causada pela própria sociedade, no caso da Colômbia, pelos grupos armados e os narcotraficantes. Nesse país, pode-se falar também dos grupos paramilitares, que se encontram entre um polo e outro causando insegurança. Esses grupos insurgentes, por serem claramente mais fracos que o poder estatal, utilizam-se de táticas

guerrilheiras que atacam o oponente e destroem-no aos poucos, atingindo diretamente a população civil.

Trazendo a abordagem de segurança humana trazida por Kaldor (2011), percebe-se que em um campo de batalha em que as forças são assimétricas “a força militar convencional, em modo de combate, na verdade, aumenta a insegurança e dá condições favoráveis ao recrutamento de terroristas”. Assim, pode-se entender os motivos pelos quais o governo Uribe não conseguiu trazer melhoras ao conflito, acentuando ainda mais a violência no país e impedindo que a população consiga aquilo que Galtung (1967) vai chamar de *freedom from fear* e *freedom from want*, caracterizando, assim, um cenário de extremas incertezas e ausência constante de segurança.

Nesse instante, faz-se mister apontar que “*freedom from fear*” se refere a um estado de relações tal que os indivíduos e nações prevêem, com uma alta probabilidade, um grande evento negativo, no futuro, um evento com uma utilidade negativa relativamente alta, e essa expectativa domina sua vida e existência - se eles vivem sob a sombra de enchentes, terremotos, fome, guerra (interna ou externa) ou outras calamidades. Já “*freedom from want*” implica que nem na vida dos indivíduos nem na vida das nações, as necessidades primárias devem ficar não satisfeitas. Assim, refere-se principalmente àquelas necessidades como fome, sede, abrigo, sexo e segurança básica.

É nesse sentido também, que o que antes gerava um sentimento de insegurança nas pessoas, deixou de ser aquele referente à guerra entre estados, como no período da Guerra Fria, em que havia uma iminência de confronto nuclear entre duas grandes potências, geograficamente localizadas em continentes diferentes. Atualmente, o maior medo da população e até mesmo de seus governantes são conflitos caracterizados justamente pela assimetria de poder e pelo caráter irregular, constituídas pela própria população de um país.

Segundo Pécaut (2010), no caso colombiano, pode-se constatar uma cultura já arraigada ao senso comum de que aquela sociedade viverá sempre imersa em violência. Historicamente, como se sabe, o país vem sendo palco, desde sua independência, das duas faces da violência. Grupos armados pressionam o aparelho estatal, atacando qualquer ponto que o torne mais vulnerável, e, em contrapartida, as ações repressoras agridem fortemente a população, muitas vezes, isenta de culpa. Segundo dados retirados da Agência Brasileira de Promoção de Exportações de Investimentos (2012), não houve um declínio econômico forte no período – sinalizando inclusive, certo crescimento. Entretanto, não se pode dizer o mesmo sobre a qualidade de vida de boa parte da população colombiana.

Destarte, Kaldor não descarta em momento algum a utilização da força militar para estabilização de um conflito. Na verdade, o problema se encontra na forma com que a interferência é realizada. O modelo estadunidense, segundo Vargas (2008), desde o início do século XX, passou a influenciar as políticas de segurança na América Latina, tornando-a extremamente convencional e tradicionalista. Foi a partir de certos governos de esquerda que nos últimos anos vieram assumindo os governos desses países, como é o caso de Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, Néstor Kirchner, na Argentina e Tabaré Vázquez, no Uruguai, que obtiveram uma certa autonomia em relação aos EUA. Por outro lado, por esse país estar passando pelo pós-ataque do 11 de setembro, vivia o momento de Guerra ao Terror e por isso seu foco saiu deixou de ser a América Latina.

Desse modo, ainda com base em Kaldor (2007), somente a própria população de uma sociedade pode construir uma segurança com estabilidade em sua nação. Mesmo que o narcotráfico colombiano possa ter aparentado diminuição com o financiamento de outros países e de certa forma com suas intervenções, é perceptível que essa atitude é algo que age como método paliativo. Além disso, essas mudanças não chegaram a atingir grande parte da população. Se os militares de um país agem por conta própria, tomam suas decisões e planejam as estratégias de defesa, sem o comando civil, o cenário se torna bastante propício para que haja abusos de poder e violência contra a própria sociedade.

Especificamente no caso da Colômbia, existe o agravante da falta de terras para o pequeno produtor. Sendo assim, muitos dos trabalhadores que vivem da plantação da folha da coca nos grandes latifúndios – produzindo inconscientemente o sustento dos grupos violentos, são os mesmos que sofrem com a violência causada por eles, pelos paramilitares e pelas forças armadas estatais.

Ainda segundo Kaldor (2011), é necessário que o Estado entenda o inimigo e a sua população – procurando conhecer profundamente os problemas pelos quais passam e tentando saná-los totalmente – para que se possam perceber-se como iguais e daí haja o estabelecimento de acordos. É a partir daí que vão surgir as oportunidades de reconstrução social no local afetado pela violência, seja ela causada por fatores internos ou externos. Dessa forma, aplicando-se esta teoria ao caso colombiano, percebe-se que a única forma de combater o narcotráfico é fazendo com que a população se envolva nos assuntos de segurança do país e que seja contemplada por todos os direitos básicos para geração de seu desenvolvimento.

Para a visão tradicionalista, a Segurança Humana é utópica ao descrever certas formas de atuação e interação entre aqueles que ameaçam e os que estão sendo ameaçados. A base

para a Segurança Humana, segundo Kaldor (2011), é o pressuposto de que todos os seres humanos são iguais. Enquanto no campo teórico essa premissa possa parecer consensual, o mesmo não é atingido, facilmente, em termos práticos. Esta situação se dá pela necessidade de compreender que nenhuma vida deve ter prioridade sobre outra. Isso significa, em última instância, que a vida de um membro das FARC merece o mesmo grau de proteção que a vida de um civil ou de um membro das Forças Armadas colombianas. É com essa dificuldade, portanto, que precisam lidar aqueles que pretendem aplicar políticas de geração da segurança humana, além dos demais desafios que se precisa assumir para que uma população possa desenvolver-se equitativamente.

Considerações finais

Para que ocorra o narcotráfico é necessário que haja o plantio, o processamento e a venda ilegal da droga. Portanto, ao fim do ciclo, sempre terá ocorrido um envolvimento de diversas pessoas que atuam tanto interna quanto internacionalmente, dificultando assim o seu combate (VARGAS, 2003).

Analisando a situação sob as definições de Segurança Humana, os conflitos existentes em uma sociedade e a assistência a ela prestada estão intimamente relacionados. Portanto, o papel de transformação social é dever tanto do Estado quanto de cada pessoa, pois um complementa a ação tomada pelo outro. Na situação colombiana, o que se pode perceber é que acontece justamente o movimento inverso, pois sociedade e forças estatais se encontram afastados e desenvolvendo seus papéis de forma contraditória.

Para Kaldor (2011), nada adianta uma intervenção realizada por outro país, pois “as pessoas que vivem em zonas de insegurança são os únicos que podem realmente construir segurança a longo prazo”, ou seja, nada pode ser feito sem o apoio ou o interesse da sociedade presente na região. No entanto, o que ocorre no país é, em certos momentos, uma aceitação da situação, como se ela fosse algo arraigado à cultura e imutável. Portanto, a resolução da problemática do narcotráfico, dos grupos armados como as FARC e do paramilitarismo, depende, antes de tudo, da melhoria da qualidade de vida da população e da administração de políticas públicas que atinjam as parcelas mais pobres.

Contrariando a visão humanizada da segurança, após a retirada do Plano Colômbia, no governo de Álvaro Uribe (2002-2010), o combate às forças de insurgentes teve o propósito de destruir as os focos guerrilheiros. Entretanto, existe nessa forma de combate o problema de ter toda a estrutura herdada do exército americano e, conseqüentemente, se utilizar de modelos extremamente tradicionais que excluem a necessidade de reconstrução social.

Desse modo, entende-se que as questões levantadas neste artigo são históricas e não podem ser resolvidas por medidas *ad hoc*. Portanto, seria necessário um maior aprofundamento das teorias utilizadas e do caso colombiano, que afeta, há séculos, a história do país e que ainda hoje se encontra imerso em violência, seja ela causada por forças paralelas ou mesmo pelo próprio Estado. Considera-se, assim, ser fundamental, conforme o embasamento teórico utilizado, uma mudança de postura na forma de governar, porém seria errôneo concluir de forma contundente sobre este conflito.

Referências

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (2012). **Projeto Mercado Foco**, publicado em Colômbia-Informações Estratégicas [<http://mercadofoco.apexbrasil.com.br/colombia/informacoes-estrategicas/macroindicadores/panorama-economico>]. Disponibilidade: 22/06/2013.
- ARAVENA, Francisco (2008). El Riesgo de la superposición entre las políticas de Defensa y Seguridad. **Nueva Sociedad**, N° 213, p. 36-49.
- BORBA, Pedro; CEPIK, Marco, Ed (2010). **Brasil e Colômbia: Desafios para a Cooperação após Uribe**. São Paulo: Cadernos ADENAUER, p. 77-97.
- COLLINS, Alan, Ed (2007). **Contemporary Security Studies**. New York: Oxford University Press Inc.
- COLOMBIA (1999). **Plan Colombia-Anexo 1: Plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado**, publicado em [<http://www.derechos.org/nizkor/colombia/doc/planof.html>]. Disponibilidade: 23/06/2013.
- EL PAÍS (2010). **Los socios claves de las Farc en el narcotráfico**, publicado em El País Colombia [<http://www.elpais.com.co/elpais/judicial/noticias/socios-claves-farc-en-narcotrafico-0>]. Disponibilidade: 22/06/2013.
- GALTUNG, Johan (1964). An Editorial. **Journal of Peace Research**. Sage Publications, Vol. 1, N°1, p. 1-4.
- GALTUNG, Johan, Ed (1967). **Theories of Peace: A Synthetic Approach to Peace Thinking**. Oslo: International Peace Research Institute.
- GUZZI, André Cavalier, Ed (2008). **As Relações Eua-América Latina: Medidas e Consequências da Política Externa Norteamericana para Combater a Produção e o Tráfico de Drogas Ilícitas**. São Paulo: UNESP – UNICAMP – PUC/SP.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS. Comisión de La Seguridad Humana (2003). **La seguridad humana, ahora. Esbozo del Informe de la Comisión de Seguridad Humana**. Costa Rica, PNUD.
- KALDOR, Mary (2011). Human Security in Complex Operations. **A Journal of the Center for Complex Operations**, Vol. 2, N° 2, p. 3-14.
- KALDOR, Mary; BEEBE, Shannon D., Ed (2011). **The Ultimate Weapon is no Weapon**. New York:Perseus Books.

LOPES, Julio Cesar Da Silva (2009). **O PLANO COLÔMBIA E A AMAZÔNIA BRASILEIRA: Intervenção, Militarização e Defesa na Segunda Metade do Século XX.** Dissertação de Mestrado em História Social, apresentada ao Centro de Letras e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL (Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz).

PARIS, Roland (2001). International Security; Human Security, paradigm shift or hot airs? **International Security**, Vol. 26, Nº 2, p. 87-102.

PÉCAUT, Daniel, Ed (2010). **As FARC: Uma Guerrilha sem fins?** São Paulo: Paz e Terra.

PERALES, José Raúl, Ed (2008). **Reforma de las Fuerzas Armadas en America Latina y el impacto de las amenazas irregulares.** Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis (2011). "Defesa" ou "segurança"? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, Vol. 33, Nº 2, p. 407-433.

SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.), Ed (2003). **Novas ameaças: dimensões e perspectivas: desafios para cooperação em defesa entre Brasil e Argentina.** São Paulo: Sicurezza.

SORJ, Bernardo (2005). Segurança, Segurança Humana e América Latina. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, Vol.2, Nº3, p. 41-59.

TERRA (2013). **Colômbia apreende 3,9 toneladas de cocaína em laboratório das Farc**, publicado em Notícias Terra [<http://noticias.terra.com.br/mundo/america-latina/colombia-apreende-39-toneladas-de-cocaina-em-laboratorio-das-farc,91261d40b8d6d310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>]. Disponibilidade: 01/05/2013.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. (2002) Colômbia: Mais Insegurança Humana, Menos Segurança Regional. **Contexto Internacional**, Vol.1, Nº24, pp. 129-166.

UNITED NATIONS, Office on Drugs and Crime. **2008 World Drug Report.** United Nations Publication Sales No. E.08.XI.1: Slovakia, 2008.

VARGAS, Alejo, Ed. (2008). **El papel de las Fuerzas Armadas en la Política Antidrogas Colombiana 1985-2006.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

VISACRO, Alessandro, Ed. (2009). **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história.** São Paulo: Editora Contexto.